

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 7

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

7

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 7 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-064-3

DOI 10.22533/at.ed.643192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Najila Thomaz de Souza</i>	
<i>Renata Soraia de Paula</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922011	
CAPÍTULO 2	12
A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<i>Leila Moraes Nogueira Azevedo</i>	
<i>Leida Cabral Nascimento Silva</i>	
<i>Ana Karolina Pinheiro Carvalho da Silva</i>	
<i>Thalyne Dutra Falcão</i>	
<i>Maria dos Reis Araújo Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922012	
CAPÍTULO 3	22
A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS	
<i>Jonatha Farias Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922013	
CAPÍTULO 4	37
CAPITALISMO FLEXÍVEL X DIREITOS TRABALHISTAS	
<i>Veneranda Acosta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922014	
CAPÍTULO 5	48
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS PONTUAIS À FORMAÇÃO DE UM FÓRUM EMPRESARIAL LGBT	
<i>João Bosco Hora Góis</i>	
<i>Kamila Cristina da Silva Teixeira</i>	
<i>Francisco José Mendes Duarte</i>	
<i>João Luis Alves Pinheiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922015	
CAPÍTULO 6	59
FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	
<i>Daniele de Fátima Amorim Silva</i>	
<i>Talita de Sousa Nascimento</i>	
<i>João Carlos Souza Marques</i>	
<i>Jainne Soares Coutinho</i>	
<i>Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922016	

CAPÍTULO 7	72
IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EM BUSCA DO ESTATUTO ONTOLÓGICO	
<i>Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio</i> <i>Lenha Aparecida Silva Diógenes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922017	
CAPÍTULO 8	83
MEDIDAS DE ATIVAÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: RETORNO À ADMINISTRAÇÃO DO MÉRITO?	
<i>Juan Felipe Alves de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922018	
CAPÍTULO 9	91
O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL	
<i>Roosevelth Ramos Barroso Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922019	
CAPÍTULO 10	103
OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220110	
CAPÍTULO 11	111
PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO	
<i>Rute Andrade dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220111	
CAPÍTULO 12	125
PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM STARTUPS EM SÃO LUÍS, MA	
<i>Heitor Natividade Oliveira</i> <i>Carla Vaz dos Santos Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220112	
CAPÍTULO 13	142
PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO	
<i>Erbio dos Santos Silva</i> <i>Maria do Socorro Vasconcelos</i> <i>Genilda Teixeira Pereira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220113	
CAPÍTULO 14	156
REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS NA REGIÃO AMAZÔNICA: DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL NO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Gabriele Aires da Silva</i> <i>Samuel dos Santos Junio</i> <i>Emi Silva de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220114	

CAPÍTULO 15	168
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE <i>Aldo Vieira Ribeiro</i> DOI 10.22533/at.ed.64319220115	
SOBRE A ORGANIZADORA	183

A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS

Jonatha Farias Carneiro

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais-
PPGCSOC/UFMA
São Luís - Maranhão

RESUMO: Este artigo aborda o problema da inserção da agricultura camponesa em atividades mercantis a partir da análise do desempenho dos produtores de leite da microrregião de Imperatriz, estado do Maranhão, na cadeia de produção do setor lácteo local. Faremos uma descrição a respeito das características gerais da produção leiteira da microrregião de Imperatriz, as peculiaridades da cadeia produtiva, das unidades camponesas de produção e suas formas de inserção nos mercados locais. A metodologia empregada envolveu diferentes técnicas e fontes. Por um lado foram feitas análises de dados quantitativos a respeito da produção leiteira da microrregião de Imperatriz a partir do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estas informações permitiram obter um panorama geral da situação da produção leiteira regional e da participação da agricultura camponesa nessa cadeia produtiva. Em segundo lugar, foram feitas análises de informações qualitativas obtidas através de entrevistas e observação direta junto aos

camponeses produtores de leite da região em estudo. Estas informações, por sua vez, nos permitiram conhecer as condições materiais em que se desenvolvem as atividades ligadas a pecuária de leite e os diversos canais de comercialização através dos quais a produção leiteira camponesa se reproduz.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura camponesa. Microrregião de imperatriz. Mercados alimentares. Cadeia produtiva. Pecuária de leite.

ABSTRACT: This article deals with the problem of the inclusion of peasant agriculture in mercantile activities based on the analysis of the performance of the milk producers of the microregion of Imperatriz, state of Maranhão, in the production chain of the local dairy sector. We will describe the general characteristics of dairy production in the Imperatriz microregion, the peculiarities of the production chain, the peasant production units and their forms of insertion in markets. The methodology employed involved different techniques and sources. On the one hand, analyzes of quantitative data on the milk production of the Imperatriz microregion were done from the database of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). This information provided an overview of the situation of regional milk production and the participation of peasant agriculture in this production chain.

Secondly, analyzes of qualitative information obtained through interviews and direct observation were made to the farmers producing milk in the region under study. This information, in turn, allowed us to know the material conditions in which the activities related to the dairy cattle raising and the various commercialization channels through which peasant milk production reproduces.

KEYWORDS: peasant agriculture. Microregion of Empress. Food markets. Productive chain. Livestock of milk.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos que se esforçam em analisar a organização econômica rural se convergem em duas perspectivas gerais. Em primeiro lugar uma perspectiva, ancorada nos pressupostos da chamada economia convencional ou neo-clássica, que busca descrever o comportamento da produção agrícola como resultado da deliberação espontânea de vontades individuais, avaliando assim, sua competitividade e eficiência econômica (NAVARRO; CAMPOS, 2013). Em segundo lugar uma perspectiva, influenciada pela sociologia econômica, que busca compreender a organização da produção agrícola levando em consideração suas características culturais e históricas, pontuando sua capacidade de sobrevivência e ajustamento a distintos ambientes sociais e econômicos (LAMARCHE, 1993; CARNEIRO 1992).

Baseados nestas perspectivas alguns autores travam uma discussão a respeito das possibilidades de sobrevivência do campesinato frente à industrialização do campo e ao crescente aumento nas exigências dos mercados de alimentos. Nesse prisma, damos destaque aos trabalhos de Van Der Ploeg (2016) e Allaire (2013) na construção de uma perspectiva que busca romper com a difusão axiomática da crença científica e social de que o modelo camponês de produção é fundamentalmente “atrasado”, “ineficiente” e “avesso à inovação”. Esses autores pontuam que no âmbito da produção de alimentos, as estruturas dos grandes mercados capitalistas criam as condições para a absorção e inserção da produção agrícola camponesa.

Este artigo aborda o problema da inserção da agricultura camponesa em atividades mercantis a partir da análise do desempenho dos produtores de leite da microrregião de Imperatriz, estado do Maranhão, na cadeia de produção do setor lácteo local. A produção leiteira da região em estudo é marcada pela importante participação da agricultura camponesa, indústrias de laticínios, atravessadores e estabelecimentos fabricantes de queijo caseiro, que juntos compõem uma cadeia produtiva diversificada em seu interior.

A questão da fabricação de subprodutos oriundos do leite (como o queijo caseiro) tem sido tema de diversas discussões em torno do problema da reprodução da economia camponesa nos mercados agroalimentares. Alguns estudos apontam para a sua importância como estratégia de agregação de valor da agricultura camponesa

(CARNEIRO, 1992) e consideram que esta atividade exerce um importante papel na dinamização das atividades produtivas consideradas “marginais”, o que têm viabilizado uma maior rentabilidade no âmbito da produção agrícola. Outros têm indicado seu potencial para construção de autonomia – visto que não somente a matéria prima, mas grande parte dos insumos é produzida dentro do estabelecimento familiar – e para criação de circuitos de comercialização local (LIMA NETO, 2017). Pesquisas dedicadas ao estudo da pecuária leiteira em outros países da América Latina, como a Argentina (CRAVIOTTI, 2017), tem demonstrado a importância dessa atividade dentro dos estabelecimentos agropecuários para a consolidação da agricultura camponesa nos mercados de alimentos, visto que cada vez mais, diferentes tipos de convenções de qualidade coexistem no mundo rural.

Utilizando noções das teorias que tratam da relação estabelecida entre a agricultura camponesa e os mercados agroalimentares faremos uma descrição a respeito das características gerais da produção leiteira da microrregião de Imperatriz, as peculiaridades da cadeia produtiva, das unidades camponesas de produção e suas formas de inserção nos mercados locais. Configuram-se como questão central a alternatividade da produção leiteira camponesa (GARCIA JUNIOR, 1989), destinada tanto para consumo como para venda, os diversos usos da produção de leite no interior dos estabelecimentos agropecuários e os diferentes destinos da produção, que pode ser comercializada a indústrias de laticínios ou atravessadores e/ou utilizada para fabricação de queijos artesanais.

A metodologia empregada envolveu diferentes técnicas e fontes. Por um lado foram feitas análises de dados quantitativos a respeito da produção leiteira da microrregião de Imperatriz a partir do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estas informações permitiram obter um panorama geral da situação da produção leiteira regional e da participação da agricultura camponesa nessa cadeia produtiva. Em segundo lugar, foram feitas análises de informações qualitativas obtidas através de entrevistas e observação direta junto aos camponeses produtores de leite da região em estudo. Estas informações, por sua vez, nos permitiram conhecer as condições materiais em que se desenvolvem as atividades ligadas a pecuária de leite e os diversos canais de comercialização através dos quais a produção leiteira camponesa se reproduz.

2 | A PRODUÇÃO CAMPONESA E OS MERCADOS AGROALIMENTARES

A discussão sobre as possibilidades de reprodução do campesinato frente os processos de industrialização e modernização econômica tem raízes num debate amplo que envolve a questão da persistência deste grupo social num contexto de avanço das formas capitalistas de produção (CHAYANOV, 1974) e, por outro lado, uma perspectiva que propõe a ideia de subordinação e absorção do campesinato ao

capitalismo, processo que levaria a incorporação de novas técnicas e ao aumento da produção, convertendo-as em unidades empresarias (KAUTSKY, 1968).

Tal discussão teve influência significativa no pensamento agrário brasileiro que, a partir dos anos 1970, passou a enfatizar os processos de modernização da agricultura e as transformações necessárias na estrutura agrária nacional. Nesse cenário, o debate no Brasil, inspirado nos clássicos marxistas, se convergia sobre a natureza do campesinato e de seu papel no processo de transformações históricas das sociedades modernas. Nesse contexto o campesinato era entendido como uma categoria pré-capitalista que tenderia a desaparecer com o desenvolvimento das forças produtivas do capital. A sobrevivência de formas camponesas de produção naquele contexto, como afirma Wanderley (2009), não passaria de “resíduos” de um campesinato inutilmente resistente à expansão do capitalismo no campo.

A necessidade de reestruturar os setores agrários em território nacional suscitava a discussão sobre a questão das possibilidades de sobrevivência do campesinato no contexto da modernização no campo e de seu papel no desenvolvimento econômico rural. Nesse cenário, duas perspectivas centrais vão tensionar o debate sobre a relação entre agricultura camponesa e modernização agrícola: a da decomposição e da diferenciação. Segundo a perspectiva da decomposição (KAUTSKY, 1968), a expansão do capitalismo subordinaria a produção no campo, transformando os camponeses tradicionais em proletários rurais. Nesse sentido, o capital transformaria de tal modo à produção agrícola no campo que não teria mais sentido falar em “camponeses”, pois esta categoria estava, inevitavelmente, fadada a subordinação econômica. Por outro lado, a perspectiva da diferenciação, aponta para a possibilidade de diversificação e complexidade da unidade familiar e não necessariamente para sua decomposição. Essa abordagem aponta para capacidade de resistência da agricultura camponesa e sua adaptação a diferentes contextos econômicos. Nesse sentido, a produção agrícola é entendida como resultado da relação entre os camponeses e as formas dominantes da grande produção.

Vários trabalhos hoje demonstram através da análise e descrição de situações e experiências observadas em diferentes lugares do mundo que o campesinato tem resistido e persiste mesmo em situações em que as condições políticas e sociais são desfavoráveis. A persistência dos camponeses em continuar existindo, quando se esperava que o capitalismo os eliminasse, levou os pesquisadores a perguntar sobre o funcionamento econômico e social desse segmento econômico e de que maneira estes camponeses se adaptavam aos contextos industriais e urbanos das sociedades atuais. O grande desafio nesse cenário é compreender que tipo de campesinato tem se produzido nesses processos tendo em vista as dificuldades colocadas no contexto de expansão capitalista (WANDERLEY, 2009). Esse processo, denominado de recampesinação por Ploeg (2008), seria resultado de uma relação dialética entre os camponeses e os impérios alimentares.

Diversas obras na área das ciências agrárias foram produzidas na tentativa

de dar conta das novas condições em que a agricultura camponesa se reproduz, levando em consideração as limitações e possibilidades de sua existência. Nesse contexto, damos destaque para uma primeira abordagem que consideramos importante para o estudo da reprodução do campesinato na sociedade atual. Essa perspectiva (GRAZIANO DA SILVA, 1997; CARNEIRO, 1998) mobiliza o conceito de pluriatividade – múltipla inserção no mercado de trabalho – a partir da qual considera que o processo tecnificação e urbanização do campo e a aproximação rural/urbano tem possibilitado aos camponeses mobilizar trabalho não-agrícola como recurso para o acúmulo de renda alternativa e complementar visando assegurar a permanência no campo. De acordo com esses autores o acesso a ocupações não agrícolas possibilita estabilizar e elevar a renda das famílias rurais, viabilizando, ao mesmo tempo, sua permanência e reprodução no campo. Essa abordagem, no entanto, sofre críticas importantes quando subestima as oportunidades de inserção do campesinato em novos mercados de alimentos (WILKINSON, 2008) e desconsidera a capacidade da agricultura camponesa em construir mercados autônomos, baseadas na diferenciação e qualidade de produtos artesanais, orgânicos e etc. ancorados em redes de relações pessoais e de proximidade (PLOEG, 2016a; 2016b; SABOURIN, 2011).

Nos últimos 10 anos uma nova perspectiva sobre as possibilidades de sobrevivência do campesinato tem se construído no Brasil (WILKINSON, 2008; PLOEG, 2008; 2016a; 2016b; SABOURIN, 2011) tendo em vista as transformações políticas e econômicas, desmantelamento da intervenção do estado e a abertura e integração regional, a partir da década de 1990 e suas repercussões. Esse processo além de estimular a reorganização das grandes cadeias de commodities favoreceu o surgimento de novos mercados (produtos artesanais, orgânicos e etc.) que, a princípio, seriam espaços em potencial para inserção da agricultura camponesa. No entanto, como pontua Wilkinson (2008), as novas exigências em termos de qualidade e processamento podem representar mais uma barreira à inserção dos agricultores tradicionais. Para o autor é necessário promover políticas de incentivo e inclusão que possam favorecer a reprodução do campesinato frente a esse novo cenário econômico. Caso isso não aconteça é possível que esses mercados sejam ocupados pelos velhos agentes, sobretudo profissionais liberais e grandes corporações.

A conformação de um novo cenário político-econômico no Brasil e as possibilidades de reprodução da agricultura camponesa nesses novos mercados reacende um novo debate que se constitui a partir de uma perspectiva inspirada na economia neoclássica, que considera o atraso econômico, tecnológico e até mesmo cultural das sociedades camponesas, como elemento central para seu insucesso e papel passivo nos mercados alimentares atuais (NAVARRO; CAMPOS, 2013). Para estes autores a viabilidade econômica da produção camponesa passa fundamentalmente pelo avanço tecnológico e pela especialização produtiva. Em contraponto, alguns pesquisadores (GARCIA JUNIOR, 1989; ALLAIRE, 2013; PLOEG, 2016b) defendem que as características que fundamentam a economia camponesa (diversificação e diferenciação produtiva,

autoconsumo, polivalência e alternatividade) favorecem sua integração em diversos tipos de mercados. Esses autores acreditam que as relações entre as práticas de autoconsumo no interior dos estabelecimentos familiares e de venda para mercados (de proximidade, institucional, circuitos longos) não são excludentes e viabilizam a autonomia econômica dos grupos camponeses.

O problema central da abordagem econômica neoclássica, segundo Ploeg (2008), está ancorado na ideia inexorável de subordinação do campesinato aos estímulos econômicos capitalistas, para o autor é necessário romper com essa perspectiva elaborando um sistema teórico que evidencie as formas de resistência e ajustamento entre o camponês e os impérios alimentares:

Todos os determinismos unilineares que presumem que o campesinato é um produto derivado direto de seu contexto estrutural devem ser rejeitados. O mesmo se aplica a qualquer esquema a priori que separe e ordene hierarquicamente “estruturas e discursos institucionais dominantes” e “atores subordinados” (...) esses dois elementos são muito mais interligados (...) precisamos investir mais profundamente a dialética entre formas sociais “dominantes” e “subordinadas”. (Ploeg, 2008, pag. 285)

Os estudos sobre o campesinato tem negligenciado, segundo Ploeg (2008), a condição de agência deste grupo social. Desse modo os camponeses são frequentemente representados como “vítimas passivas”, sob uma condição de dominado (WOLF, 1970), outsiders, ou subordinado. Essa perspectiva, recorrente nos estudos camponeses, não é totalmente incorreta, mas é incompleta, pois dá ênfase a apenas um dos lados da equação (PLOEG, 2008). É necessário então reconhecer a condição de agência dos camponeses, através da qual os produtores rurais interagem com o mercado e conseguem manter autonomia de gestão e produção no interior das unidades familiares. Produzindo insumos dentro do próprio estabelecimento familiar, diminuindo assim sua dependência aos mercados e comercializando produtos distintos e em diferentes circuitos de troca.

A resistência camponesa também precisa ser problematizada, pois não se refere somente a confrontos abertos de luta pela terra e contra a grande propriedade latifundiária. Ela não se limita somente a luta oculta, silenciosa que se dá na vida cotidiana camponesa como demonstrou Scott (2002). A resistência camponesa, fundamentalmente, existe num campo de ação muito mais vasto de uma gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente (Ploeg, 2008). A resistência pode ser visualizada na forma como o queijo artesanal é produzido, como as vacas são criadas e ordenhadas e como as belas paisagens são construídas pelas famílias camponesas.

Dentro desta discussão, como indicam alguns estudos (SOUZA; 2011), a pecuária de leite é uma das principais atividades em que a agricultura camponesa tem se inserido de maneira competitiva. Segundo Wilkinson (2008) a vantagem de pagamentos quinzenais ou mensais, no caso de produtores integrados a agroindustriais, pode ser um dos elementos que explicam essa tendência recente, pois, possibilitam a

constituição de uma renda regular e segura aos criadores de menor porte. Um trabalho recente (CARNEIRO, 2016) mostrou que alguns elementos ligados à possibilidade de utilização da força de trabalho marginal (idosos, mulheres e crianças) (TEPICHT, 1973 apud FARIA, 2001) e através das sinergias que a atividade leiteira é capaz de estabelecer, quando desloca, em algumas circunstâncias, parte da produção para alimentação animal (suinocultura) são determinantes para a consolidação da atividade leiteira nos estabelecimentos da agricultura camponesa. Um estudo posterior sobre a produção de leite na mesma região, Lima Neto (2017), chama atenção para o papel fundamental dos circuitos curtos, das redes de relação pessoais, da confiança e da reputação para a estruturação do mercado de leite e queijo locais.

3 | A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E SEUS EFEITOS

A produção leiteira da microrregião de Imperatriz apresenta elevado crescimento a partir dos anos noventa. Essa mudança pode ser explicada a partir da combinação de fatores externos e internos à produção agropecuária. As produções de arroz e farinha de mandioca representavam, na década de noventa, as principais atividades produtivas locais (CARNEIRO, 2016). No entanto, aproximadamente na metade da década de 2000, como demonstra o gráfico 01, essas atividades sofreram significativa queda por conta das baixas de preço no mercado da farinha e do aparecimento da doença do arroz que, segundo Couto (2015), se deu nessa região a partir de uma infestação da cigarrinha-das-pastagens (Hemiptera: Cercopidae) e de um possível fungo no solo, fazendo com que se reduzissem sensivelmente as áreas plantadas.

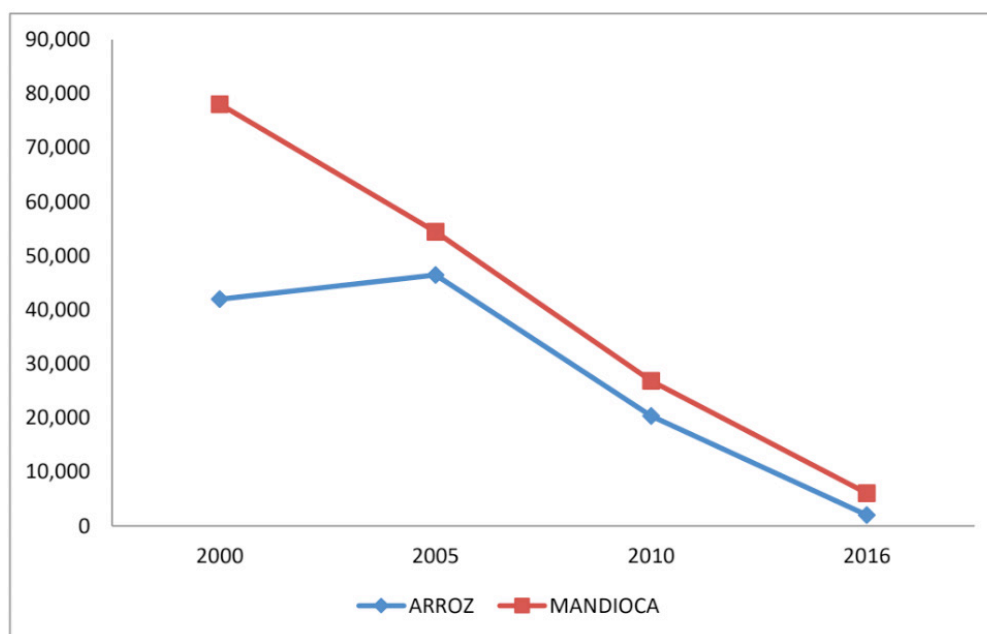


Gráfico 01: Quantidade de arroz e mandioca produzida na microrregião de Imperatriz/MA entre 2000 e 2016.

Fonte: IBGE-Pecuária Agrícola Municipal.

Ao mesmo tempo no plano das políticas públicas no nordeste brasileiro, se assistiu um importante salto no que se refere aos incentivos estatais para o desenvolvimento da agricultura familiar. Através de créditos produtivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF os produtores de pequeno porte da região em estudo tiveram acesso a recursos para aquisição de rebanhos bovinos, o que possibilitou sua inserção na pecuária de leite. De acordo com o relatório do Banco do Nordeste do Brasil – BNB de 2013, 78,6% dos recursos do Pronaf foram investidos em pecuária, seguidos de 14,4% na agricultura, 5,5% em serviços e 1,5% em extrativismo. Ainda segundo este relatório, outro importante investimento foi aplicado no desenvolvimento de projetos relacionados a arranjos produtivos locais. Nesse sentido, diversas atividades produtivas foram financiadas, com destaque para os arranjos produtivos de leite e derivados no município de Açailândia (microrregião de Imperatriz) e Bacabal (microrregião do Médio Mearim), que tiveram participação nos valores investidos, de 16,1% e 5,7% respectivamente. Ademais, mais recentemente, no ano de 2011, entraram em vigor no Brasil um conjunto de normas para adequação dos estabelecimentos agropecuários e da produção leiteira. As normativas 51 e 62 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA descrevem os parâmetros mínimos de qualidade e sanidade na produção, armazenamento e transporte do leite. Segundo alguns estudos (CARNEIRO, 2015; LIMA NETO, 2017) esta legislação atende exclusivamente aos critérios de qualidade de tipo mercantil, desconsiderando a diversidade nos modos de produção e das convenções de qualidade. Desse ponto de vista, as mudanças sugeridas pela legislação brasileira são importantes para explicar a evolução da atividade leiteira na microrregião de Imperatriz, com destaque para seu papel na seleção e exclusão de produtores, principalmente camponeses.

Tais mudanças incidiram numa reestruturação da cadeia produtiva leiteira da microrregião em estudo que, de acordo com dados do IBGE (citado por ZINALDO DA SILVA et al., 2012), se destaca como a oitava região com maior número de vacas ordenhadas no plano nacional. Dados da Pesquisa Trimestral do Leite (IBGE) reafirmam o potencial produtivo leiteiro da região. Segundo levantamento feito em 2011, esta microrregião representa o maior rebanho do estado do Maranhão, com participação de 22% do total, sendo responsável, segundo dados do IBGE (2006), por praticamente metade (50%) da produção de leite produzido no estado.

O potencial produtivo da região em relação à atividade leiteira leva ao aparecimento de um significativo número de empresas especializadas na fabricação de produtos lácteos. Em um levantamento feito por Zinaldo da Silva et al. (2012) foram identificadas cerca de 2.528 indústrias de laticínios produtoras de leite e derivados na região. Diferente das experiências descritas na América Latina (CRAVIOTTI, 2017), na microrregião de Imperatriz identifiquei um relativo grau de homogeneidade no setor industrial. Sem a presença de grandes empresas, esta região possui em seu interior um conjunto de laticínios de médio e pequeno porte. Esse número elevado de propriedades permite, ao mesmo tempo, a organização de uma cadeia produtiva

diversificada em seu interior. Carneiro (2015) ao analisar a cadeia de produção do leite na região, destaca os principais agentes presentes nas esferas da produção (agricultores familiares e pecuaristas), do transporte (freteiros, atravessadores), da transformação (indústria de laticínios e queijarias) e do consumo final (venda direta, feiras, supermercados, pizzarias, etc.).

De acordo com pesquisa de Zinaldo da Silva et al. (2012) os laticínios são o principal destino da produção de leite na região, absorvendo praticamente metade (50%), em seguida vêm às pequenas queijeiras (15%), os atravessadores (15%) e a venda direta aos consumidores (15%). O fator fundamental para o predomínio dessa estratégia de venda do leite, segundo este autor, é a vantagem do melhor preço de compra pelos laticínios. No entanto, como destacado por Carneiro (2015), outros fatores influenciam nesse processo, caso das relações sociais de confiança estabelecida entre produtores e laticínios e os diferentes prazos de pagamento do leite oferecidos pelos diversos compradores. As relações de troca estabelecidas entre produtores e queijeiros/atravessadores, por sua vez, estão enraizadas em redes de relações sociais (GRANOVETTER, 2009), se fundamentando em relações de confiança e reputação (LIMA NETO, 2017) e na possibilidade de utilização de um subproduto na fabricação de queijo para a alimentação de pequenos animais (suinocultura).

Outra característica importante na análise da pecuária leiteira da microrregião de Imperatriz é a elevada participação da agricultura camponesa nessa atividade econômica. Os produtores com rebanho que vão de 1 a 99 cabeças de gado representam cerca de 26% do total, seguidos dos produtores com 100 a 199 cabeças de gado com 22%. Com 31% do total do rebanho aparecem os estabelecimentos com 200 a 499 cabeças, seguidos dos produtores com mais de 500, com 21% do total.

As características estruturais da cadeia produtiva leiteira e as mudanças políticas e econômicas sobre as quais os camponeses da região foram submetidos levaram a uma importante variante nas formas de organização do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários, implicando ao mesmo tempo, no desenvolvimento de sistemas produtivos de diferentes graus de produtividade. Em termos gerais, a tendência na região vai em direção a uma conversão em áreas de pastagem que antes eram direcionadas a agricultura. No entanto, essa tendência necessariamente não tem levado a especialização e a monocultura, os camponeses desta região, em sua maioria, respondem a uma diversificação produtiva que combina pecuária, agricultura e criação de pequenos animais (suinocultura e avicultura). Na organização econômica dos camponeses da região, a pecuária de leite representa os ganhos relativos à renda monetária quinzenal das famílias, sendo que os ganhos relativos à atividade agrícola e criação de pequenos animais, além do consumo familiar, são convertidos, respectivamente, a produção de insumos e excedente de reserva para eventuais necessidades como: a compra de um bezerro, conserto de um cercado, manutenção do pasto e etc.

Embora a diversidade produtiva seja uma tendência da agricultura camponesa

na microrregião de Imperatriz esta não representa a totalidade das situações encontradas na região. A heterogeneidade dos rebanhos dos camponeses que, variam entre 12 a 100 cabeças de gado, reflete a diversidade nas formas de gestão dos estabelecimentos agropecuários da região e nas possibilidades de especialização produtiva dos produtores de maior escala. Durante trabalho de campo foi possível identificar casos de camponeses que dedicavam-se exclusivamente a atividade pecuária, convertendo toda sua área em pastagens. Estes camponeses, em geral, vendem o leite a atravessadores, ou investem na fabricação de *massa de queijo* que é comercializada com queijeiros da região. Os fatores que levam esses produtores a optar por essas alternativas de comercialização se fundamentam nos rendimentos (considerados mais satisfatórios) e na possibilidade de utilização de um subproduto na alimentação suína.

4 | A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA LEITEIRA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO ECONÔMICA DOS CAMPONESES DA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA

É possível argumentar que as condições estruturais e os distintos usos da produção de leite nos estabelecimentos agropecuários dos camponeses da microrregião de Imperatriz: consumo familiar, comercialização direta, venda à atravessadores, relação com as indústrias de laticínios, produção de queijos artesanais e a possibilidade de utilização do “soro” para composição de alimentação animal, viabilizam a inserção desses produtores em diferentes circuitos de comercialização, que correspondem, por sua vez, por distintas condições de troca e estruturas sociomateriais. Esses distintos canais de comercialização da produção leiteira estão enraizados em diferentes redes de relação que ligam produtor e consumidor. Portanto, na nossa análise, a compreensão da organização econômica dos camponeses da microrregião de Imperatriz passa, ao mesmo tempo, pela explicação dos distintos modos de gerir a produção leiteira, seja no autoconsumo doméstico, na venda aos laticínios ou atravessadores, na fabricação de queijos ou quando, em determinados momentos o camponês alterna entre a venda, consumo e ou fabricação de queijo.

A reestruturação do setor lácteo no Brasil (SILVA, 2012), em particular os efeitos da instauração das normas vigentes a partir das instruções normativas 51 e 62, tem sido fundamental para o crescente número de camponeses que buscam na relação com as indústrias de laticínios ou atravessadores uma alternativa de comercialização e para incorporação nos estabelecimentos agropecuários da estratégia de fabricação de queijos artesanais. A persistência dessas estratégias pode ser atribuída a distintos fatores: em primeiro lugar, a venda do produto a empresas que são habilitadas pelo Estado representa segurança e diminui as incertezas e, em segundo lugar, nesse tipo de relação o subproduto utilizado para alimentação animal (soro) não é devolvido

ao produtor causando um desequilíbrio no sistema econômico dos camponeses, que convertem parte ou toda produção leiteira à fabricação de queijos.

Foram identificados casos de produtores que alternam a venda do leite as indústrias de laticínios com a fabricação de queijos artesanais, quando as condições climáticas e o preço do leite são favoráveis. Dessa maneira, não há que se dizer que a produção leiteira da microrregião de Imperatriz tem se convertido exclusivamente no fornecimento de matéria prima as indústrias de laticínios ou na fabricação de queijos. São situações que se colocam como alternativas para os camponeses que, por sua vez, alternam de acordo com seus interesses e as condições estruturais.

A produção leiteira da microrregião de Imperatriz possui uma dinâmica, induzida pela sazonalidade da atividade agrícola e de mercado, flexível do ponto de vista dos preços e da qualidade da produção. Essa característica possibilita ao produtor de leite local, um cenário de constantes mudanças nos rendimentos e ritmo de trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários. Uma primeira alternativa de inserção mercantil dos camponeses locais compreende a venda do leite *in natura* para as indústrias de laticínios certificadas pelo Estado, pois, significa uma renda regular e segura por conta do registro no selo de inspeção sanitária que estas empresas possuem. Todavia, esse tipo de comercialização apresenta um inconveniente, pois, quando os camponeses vendem para tais indústrias ficam impossibilitados de utilizar o soro do leite (CARNEIRO, 2016), o que inviabiliza sua utilização para composição alimentar na atividade de criação animal (suinocultura). De acordo com os produtores estudados o “soro” representa cerca de 80% da alimentação animal, sendo que na sua ausência a atividade da suinocultura se torna inviável.

A comercialização com atravessadores, por sua vez, aparece como alternativa para os produtores de leite por razões relacionados ao preço pago pelo leite – considerado mais vantajoso para alguns camponeses – e a possibilidade de reprodução da suinocultura e o adiantamento do pagamento feito pelo atravessador. Os camponeses consideram viável esse tipo de negociação por que viabiliza uma maior flexibilidade na negociação de preços e prazos de pagamento, por se tratar de uma relação direta entre comprador e fornecedor. Neste tipo de relação pode-se observar o enraizamento das relações sociais (GRANOVETTER, 1985) onde a confiança construída entre camponeses e atravessadores se assenta em laços interpessoais viabilizados pela presença contínua dos compradores (atravessadores) nos estabelecimentos agropecuários (duas vezes por semana).

Uma terceira possibilidade de inserção mercantil observada entre os camponeses da microrregião de Imperatriz refere-se à fabricação de queijo caseiro. De acordo com Carneiro (1992) esta atividade exerce um importante papel na dinamização das atividades produtivas consideradas “marginais”, o que têm viabilizado uma maior rentabilidade no âmbito da produção agrícola. Lima Neto (2017) enfatiza que toda a produção de queijo na microrregião de Imperatriz transcorre em circuitos curtos de comercialização, o que possibilita ao consumidor avaliar a qualidade do produto

tendo como base o conhecimento de sua origem e processo produtivo. A escolha dos consumidores por este tipo de produto está intimamente relacionada à procura por um *queijo artesanal, limpo, confiável e sem química*, elementos que o diferem do queijo produzido pelas indústrias de laticínios.

O queijo de fabricação caseira é comercializado entre camponeses locais, nas feiras dos centros urbanos e para comerciantes da região. Neste tipo de comercialização impera as relações de proximidade entre produtor e consumidor o que viabiliza ao último, através das conversas e da possibilidade de degustação do produto antes da efetivação de sua compra, orientar e opinar a respeito do processo produtivo (LIMA NETO, 2017). Esta proximidade entre produtor e consumidor pode ser vista a partir da perspectiva dos mercados aninhados, conceito elaborado por Van Der Ploeg (2016) e Milone e Ventura (2016), como elemento que resolve o problema das lacunas estruturais encontradas nos grandes mercados de alimentos. Tais relações, construídas a partir de agradáveis intercâmbios, se constituem não apenas como elemento que aproxima consumidor e produtor, mas também possibilita um baixo custo de transação nas trocas mercantis e simbólicas no âmbito da produção agrícola e dos mercados aninhados.

No entanto é importante salientar que, como dito anteriormente, esses distintos modos de gerir a produção leiteira camponesa na microrregião de Imperatriz não podem ser analisados como estratégias isoladas. Elas podem ser acionadas, dependendo de distintas circunstâncias – calendário agrícola, variação no preço pago pelas indústrias de laticínios, tamanho do rebanho e etc., - em diferentes momentos e sobre distintas condições. A comercialização com os queijeiros ou a decisão de fabricar queijos caseiros, por exemplo, pode ser considerada viável quando o preço pago pelas indústrias de laticínios e atravessadores sofre uma queda significativa. Entrevistamos um camponês, por exemplo, que nos explicou que a escolha entre vender o leite para a indústria de laticínios, atravessadores, queijeiros e/ou utilizar o produto para fabricação de queijos está intimamente ligada à oscilação do preço do litro do leite e a capacidade produtiva do rebanho bovino no percurso do ano: *Aí quando diminui... Quando ela [produção de leite] tá dando de dez, quinze litros, até vinte, vinte e cinco, nós bota no laticínio. Aí quando é de quinze pra baixo aí faz o queijo. Nós usa [o queijo] pro nosso gasto e a gente vende dia de sábado na feira.* (Entrevista realizada em 29 de novembro de 2015).

A fabricação de queijo caseiro pode representar então, uma estratégia que é acionada pelos camponeses quando a combinação de diferentes circunstâncias, tais como, a capacidade produtiva do rebanho bovino, o calendário agrícola e o preço pago pelos laticínios e atravessadores, são consideradas insatisfatórias. Nesse sentido, como demonstrado por Lima Neto (2017), a comercialização com os queijeiros e a estratégia de fabricação de queijos aparece como um refúgio diante das dificuldades encontradas nas condições de comercialização junto às indústrias e atravessadores.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pecuária leiteira vem se apresentando como uma importante alternativa de reprodução da agricultura camponesa na microrregião de Imperatriz a partir dos anos noventa. No entanto, sua inserção na cadeia de produção leiteira regional enfrenta dificuldades que estão relacionadas a uma disputa entre os diferentes tipos de convenção de qualidade para regular os diversos processos de produção e comercialização do leite e seus derivados. Nesse processo, as regras do jogo, impostas oficialmente pelas instruções normativas 51 e 62, estabelecem a legitimidade do tipo de convenção industrial, própria das indústrias de laticínios.

No entanto, a combinação de algumas circunstâncias como, a polivalência, capacidade de ajustamento da agricultura camponesa a distintos contextos e crises (LAMARCHE, 1993; CARNEIRO, 1999), e a constituição na microrregião de Imperatriz de um arranjo institucional (FIANI, 2011) – no âmbito da pecuária leiteira – diversificado em seu interior, viabiliza a estruturação de um ambiente econômico favorável à inserção dos camponeses produtores de leite em diferentes circuitos de produção e comercialização.

Ademais a elaboração de uma legislação que responde a uma convenção de tipo industrial e desconsidera os distintos tipos de convenções de qualidade que envolvem a produção leiteira nacional, se constitui como um problema para reprodução da agricultura camponesa. Outros países da América Latina tem avançado nessa discussão, o que levou a elaboração – no caso da Argentina – de uma legislação específica que leva em consideração as especificidades da agricultura camponesa (CRAVIOTTI, 2017), flexibilizando a habilitação de estabelecimentos agropecuários especializados na fabricação de queijo caseiro.

Por fim, consideramos que as experiências dos camponeses da microrregião de Imperatriz descritas aqui são importantes para demonstrar as dificuldades e possibilidades de inserção da agricultura camponesa e familiar em diferentes canais de comercialização propiciados pelos novos mercados agroalimentares. Dessa maneira, tentamos romper com perspectivas teóricas, sem confirmação histórica e empírica, de que tais iniciativas e modos econômicos são inviáveis e ineficientes economicamente.

REFERÊNCIAS

ALLAIRE, Giles. A contribuição da sociologia econômica para compreender o significado da “qualidade” nos mercados alimentares. IN: NIEDERLE, Paulo. Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: EDUFRGS, 2013.

CARNEIRO, Jonatha F. A inserção do campesinato na produção de leite na microrregião de Imperatriz/MA: exercício de autonomia ou subordinação à indústria de laticínios? Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA. Revista Sinais Sociais, v. 10, n. 29, p. 129-149.

Rio de Janeiro, 2015.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. Artigo apresentado no Seminário o Novo Rural. Unicamp, São Paulo, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José G. (org) A Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COUTO, Xoán C. S. A adoção de práticas agroecológicas por camponeses: estudo de caso no oeste maranhense. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

CRAVIOTTI, Clara. La problemática de la coexistência entre la agricultura familiar y la agroindustria: una aproximación desde la producción de quesos. Revista Brasileira de Sociologia, v. 05, n. 10, p. 163-185. Sergipe, 2013.

FARIA, A.M.M. A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha. Revista de Estudos Sociais Cuiabá - MT, v. 6, n.06, p. 45-58, 2001.

FIANI, Ronaldo. Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GARCIA JR, Afrânio R. Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro: Marco Zero, Brasília, CNPq, 1989.

GARCIA JR, Afrânio R. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, A. C. B. (Org.). Redes e sociologia econômica. São Carlos: Edufscar, 2009.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro: Editora Laemmert S. A. 1968.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) A agricultura familiar: I – Uma realidade multiforme. Campinas: ed. da UNICAMP, 1993.

MILONE, Pierluigi; VENTURA, Flaminia. A mão visível na construção de novos mercados para as economias rurais. In: MARQUES, F. C et. al (orgs) Construção de mercados e agricultura familiar. Porto Alegre: EDUFRGS, 2016.

NAVARRO, Z; CAMPOS, S.K. (Org.). A pequena Produção Rural e as Tendências do Desenvolvimento Agrário Brasileiro. Ganhar tempo é possível? Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

LIMA NETO, Evaristo José de. A implantação de normas sanitárias e a disputa entre diferentes convenções de qualidade no mercado de leite na microrregião de Imperatriz-MA. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, Antonio J. de Souza. Agroindústria do leite na microrregião de Imperatriz –MA: análise dos direcionadores de competitividade. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012.

SILVA, Z. F.; CAVALCANTE, A. A.; BENTO JUNIOR, F. A.; SOUSA, S. R.; LOIOLA, M. L.

Características do sistema de produção de leite da Microrregião de Imperatriz, no Estado do Maranhão. Revista de Ciências Agrárias, v. 55, n. 2, p. 92-97, abr./jun. 2012. <http://dx.doi.org/10.4322/rca.2012.047>.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C et. al (orgs) Construção de mercados e agricultura familiar. Porto Alegre: EDUFRGS, 2016.

WILKINSON, John. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-064-3

